

INDICE

Radiações Electromagnéticas
Cooperação
União Europeia
Encontros CEPT
Livro Branco do Reino Unido
Notícias de Outros Países

Pag. 1

AFERIÇÃO DA QUALIDADE DAS REDES MÓVEIS

O Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) está a realizar, pelo segundo ano consecutivo, um estudo de aferição da qualidade do serviço das redes móveis GSM. Pretende-se, através da medição de três indicadores fundamentais – cobertura, acessibilidade e qualidade auditiva –, garantir o cumprimento das obrigações legais dos três operadores móveis que oferecem este serviço em Portugal (Optimus, TMN e Telecel) e, ao mesmo tempo, prestar informação relevante ao consumidor.

Os testes de avaliação da qualidade de serviço dos operadores móveis serão efectuados em todas as capitais de distrito, perfazendo um total de 30 cidades, e nos 10 eixos rodoviários nacionais mais importantes. Pela primeira vez, a área de recolha de informação é alargada às zonas suburbanas de Lisboa e Porto e às regiões autónomas (ilhas da Madeira, São Miguel, Terceira, Pico e Faial). A amostra escolhida representa cerca de 46 por cento da população portuguesa, de acordo com os dados do último recenseamento. Os três indicadores referidos (cobertura, ou seja, a medição dos níveis de sinal; acessibilidade, traduzida na capacidade de estabelecimento de chamadas; e qualidade auditiva, que corresponde à perceptividade das conversações) serão medidos em simultâneo para os três operadores, de modo a garantir o máximo de imparcialidade e igualdade de condições de teste. Os testes serão totalmente automáticos, evitando-se a subjectividade da intervenção humana. Por último, a sua metodologia implica medidas extremo-a-extremo, isto é, as medições efectuam-se entre um ponto terminal de uma rede móvel e um ponto terminal de uma rede fixa, reflectindo de forma mais fidedigna as situações reais.

Os resultados serão classificados numa escala de 1 a 5, correspondendo 1 a Má Qualidade e 5 a Excelente. Os testes, cuja metodologia obteve o acordo dos três operadores e da Associação para a Defesa do Consumidor – DECO, tiveram início em meados de Abril, devendo prolongar-se por 11 semanas. No final de 2000, os dados estatísticos compilados pelo ICP revelaram a existência de 6,7 milhões de assinantes do serviço móvel terrestre. Ou seja, no ano passado o número de aderentes das redes GSM cresceu 43 por cento, tendo-se registado perto de 2 milhões de novos clientes. A taxa de penetração móvel, em Portugal, é de 67 assinantes por 100 habitantes, valor que se mantém superior à média da União Europeia (62,9 por cento).

O tráfego de voz cursado através das redes móveis cresceu 4 por cento no último trimestre de 2000, face ao trimestre anterior. Também a duração média das chamadas (90,7 segundos no último trimestre de 2000, face a 89 segundos ao longo de todo esse ano e 72 segundos em 1999) e o número de chamadas (que atingiu cerca de 5400 milhões em 2000, um crescimento de 37 por cento relativamente ao ano anterior) aumentaram. O tráfego de dados, sobretudo a troca de mensagens escritas (SMS), registou de igual modo um forte aumento.

Face ao rápido crescimento do tráfego GSM, e tendo em conta as situações pontuais de saturação das redes reveladas no primeiro estudo, realizado há um ano, o ICP pretende agora reavaliar a evolução operacional destes mesmos serviços.

O SFT EM 2000

Os novos prestadores do Serviço Fixo de Telefone (SFT) viram a sua quota de encaminhamento de tráfego telefónico de longa distância atingir os 14 por cento ao longo do ano de 2000, de acordo com dados divulgados pelo Instituto das Comunicações de Portugal (ICP).

As chamadas de longa distância (interurbanas e internacionais) consistiram a principal fatia de mercado, no que respeita ao SFT, para os novos actores. O facto é válido em particular nas chamadas internacionais com origem em Portugal, 19 por cento das quais foram por eles encaminhadas. Já o encaminhamento de 12 por cento das chamadas interurbanas foi também da sua responsabilidade.

A taxa de penetração do SFT cresceu 2 por cento, face ao final de 1999, atingindo os 43 por cento no fim de 2000, correspondentes a 4,3 milhões de acessos principais instalados. Na mesma data, de um total de 23 prestadores licenciados, apenas 14 se encontravam efectivamente operacionais.

Ver www.icp.pt/info/noticia.asp?id=1634&ida=168

Ver www.icp.pt/publicacoes/estcom/stcm/sft4_00.html

CONSULTA POSTOS PÚBLICOS

Terminou a 30 de Abril a consulta pública sobre Postos Públicos, realizada pelo Instituto das Comunicações de Portugal (ICP). A oferta de postos públicos pelo prestador do serviço universal de telecomunicações, a PT Comunicações, recebeu contributos de sete entidades, nomeadamente a Oni, Jazztel, Optimus, PT Comunicações, Federação Nacional de Cooperativas de Consumidores (Fenacoop), Associação dos Consumidores de Portugal e Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD). O ICP divulgará, a breve prazo, os resultados deste inquérito.

VER www.icp.pt/liberalizacao/cpp.html

ACTUALIDADES

Certificação com novas especificidades

O Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) aprovou os critérios relativos à actividade de certificação exigidos pelo Decreto-Lei nº 59/2000, de 19 de Abril, que introduz o Regulamento de Infra-Estruturas de Telecomunicações em Edifícios (ITED), nomeadamente no que respeita ao registo das entidades que pretendem exercer a actividade de certificação (artº 23º, nº 3, alíneas c e d), ao modelo do certificado de conformidade (artº 27º, nº 3) e ao procedimento de avaliação de conformidade (artº 42º, nº 2). O diploma referido previa um período transitório de um ano, durante o qual havia dispensa de certificação, que terminou a 24 de Abril de 2001. Os requisitos aprovados pelo ICP podem ser consultados nos Serviços de Atendimento ao Público deste Instituto, em Lisboa, Barcarena, Porto, Funchal e Ponta Delgada, estando ainda disponíveis em www.icp.pt/ited/medidas1.html.

Auditoria ao serviço de Listas Telefónicas

O Instituto aprovou a realização de uma auditoria ao serviço de listas telefónicas e serviço informativo da PT Comunicações, obrigação decorrente da sua qualidade de prestadora do serviço universal, de acordo com o artº 6º do Decreto-Lei nº 458/99. A referida auditoria, efectuada ao abrigo da cláusula 23ª do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações, tem por finalidade verificar se os custos afectos ao serviço de listas telefónicas e serviço informativo não ultrapassam os custos efectivos dos serviços em questão, garantindo a livre concorrência entre os vários operadores do serviço fixo de telefone e do serviço telefónico móvel.

Portabilidade em marcha

Os testes entre as redes dos prestadores, com a finalidade de ensaiar a solução especificada para o interface entre redes para a portabilidade (Query on Release) tiveram início em Maio. Na primeira semana deste mês, registou-se ainda o começo das negociações entre, por um lado, o ICP e os prestadores com obrigações de portabilidade, e, por outro lado, o fornecedor seleccionado para desempenhar as funções da Entidade de Referência.

Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação

No seguimento da Resolução do Conselho de Ministros 22/2001, foi apresentado, na terceira reunião da Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, realizada a 20 de Abril, o projecto de Guia para a Construção de Sítios da Administração Pública Central na Internet, que pretende constituir a base para a definição dos critérios de avaliação respectiva, prevista na medida 7.5 da Iniciativa Internet.

Novas áreas no site do ICP

Foram recentemente criadas duas novas áreas no site do ICP, em português e inglês, uma das quais relativa à transição para a Televisão Digital Terrestre (Vide www.icp.pt/tdt/) e outra, em inglês, sobre a liberalização do serviço fixo de telefone, (em www.icp.pt/liberalizacaouk/indexuk.html). O ICP

disponibilizou ainda a consulta online de uma base de dados, preparada em parceria com a PriceWaterHouseCoopers, que presta informação sobre as iniciativas e programas comunitários concebidos para o sector das comunicações e sobre outros instrumentos de financiamento de interesse geral. Os conteúdos da base de dados, contudo, não são da responsabilidade do Instituto. Esta informação está disponível em www.icp.pt/publicacoes/bdic.html .

Aquisição de bens por via electrónica

O Ministério da Ciência e da Tecnologia publicou no seu site, em www.mct.pt/aquisicao.htm , um relatório sobre Aquisição de Bens por Via Electrónica pela Administração Pública, que resulta da Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2000, de 27 de Setembro. O documento, elaborado por um grupo de peritos, está em consulta pública até 8 de Maio.

RADIAÇÕES ELECTROMAGNÉTICAS

Na sua qualidade de entidade gestora do espectro radioelétrico, o ICP adoptou os níveis de referência relativos à exposição a radiações electromagnéticas fixados na Recomendação do Conselho 1999/519/CE, de 12 de Julho de 1999, aplicáveis a todas as estações de radiocomunicações a instalar ao abrigo de uma licença de rede ou de estação.

A referida Recomendação preconiza junto dos Estados-membros a prevenção da exposição das populações a campos electromagnéticos, defendendo ainda a necessidade de informação pública e de acompanhamento da evolução científica nesta matéria.

Estes níveis de referência permitem avaliar a exposição a radiações electromagnéticas (não-ionizantes), estando, no ordenamento jurídico nacional, definidos pelo Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20 de Julho. Este diploma, além de ter aprovado o regime aplicável ao licenciamento das redes e estações de radiocomunicações e à fiscalização da sua instalação e da utilização do espectro radioelétrico, define princípios aplicáveis às taxas radioelétricas, à exposição a radiações electromagnéticas e à partilha de infra-estruturas de radiocomunicações. Em caso de não cumprimento dos níveis referidos, os titulares das licenças ficarão sujeitos a contra-ordenação punível com coima.

De acordo com o artigo 22º do mesmo diploma, ao ICP cabe a responsabilidade de publicar as normas que permitem avaliar a exposição a campos electromagnéticos.

As licenças de terceira geração móvel, recorde-se, prevêm já a obrigação de os operadores UMTS garantirem que as estações que integram a sua rede observam os limites mencionados.

VER www.icp.pt/info/noticia.asp?id=1625&ida=172 .

Pag. 3

COOPERAÇÃO...

...com a Anatel

A Comissão de Coordenação Anatel-ICP (Agência Nacional de Telecomunicações e Instituto das Comunicações de Portugal) reuniu de 18 a 20 de Abril, no Rio de Janeiro, com a finalidade de trocar experiências de natureza regulatória e aprofundar a discussão em áreas de interesse comum para as duas autoridades reguladoras.

No encontro, foi acordado o intercâmbio de informações no âmbito das propostas a apresentar por cada um dos países, Brasil e Portugal, às próximas conferências mundiais da União Internacional das Telecomunicações (UIT), nomeadamente a Conferência Mundial de Desenvolvimento (WTDC 02), a Conferência de Plenipotenciários (PP 02) e a Conferência Mundial das Radiocomunicações (WRC 03), incluindo, em relação à PP 02, a eventual troca de apoios a candidaturas que venham a surgir.

A Anatel marcou a sua presença com apresentações sobre Televisão Digital Terrestre (ponto em que o ICP prestou informação específica relativa ao concurso para atribuição de uma licença de operador TDT, lançado a 7 de Abril), Infraestrutura, Serviço Móvel Celular e migração para o Serviço Móvel Pessoal e Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (FUST). O ICP, por seu turno, procedeu à apresentação de temas como o Roaming, Interligação, Oferta Desagregada do Lacete Local, acesso à Internet e portabilidade do número, da perspectiva da experiência portuguesa.

Foram ainda tratados assuntos como a convergência tecnológica, o desenvolvimento e introdução da terceira geração móvel/UMTS e a regulamentação e fiscalização de equipamentos de pequena potência. O novo sistema de radiomonitoragem da Anatel foi objecto de apresentação detalhada, através de uma demonstração de funcionamento de uma estação móvel.

A próxima reunião da Comissão deverá ocorrer em Outubro, no Porto.

Ver: www.icp.pt/info/noticia.asp?id=1635&ida=172

www.anatel.gov.br/Tools/frame.asp?link=/biblioteca/releases/2001/release_25_04_2001.pdf

...com a CPLP

Decorreu em Moçambique, Maputo, o V Encontro Ministerial e das Administrações de Correios e Telecomunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a 27 de Abril.

O encontro foi precedido, a 26 de Abril, por uma reunião técnica ao nível das Administrações e órgãos reguladores, com o objectivo de avaliar a situação dos sectores das telecomunicações e correios dos membros da CPLP.

A cimeira ministerial, cuja abertura foi efectuada pelo Primeiro Ministro e pelo Ministro dos Transportes e Telecomunicações de Moçambique, bem como pela Secretária Executiva da CPLP, beneficiou de intervenções de representantes dos órgãos reguladores português (ICP) e brasileiro (Anatel) sobre a reforma do sector postal nos países da CPLP na perspectiva da liberalização mundial dos serviços postais, e sobre a universalização dos serviços de telecomunicações e a sua extensão nas zonas rurais, respectivamente. Além disso, todos os representantes ministeriais se pronunciaram sobre a evolução do sector das comunicações no seu país. O encontro encerrou com a aprovação da Declaração de Maputo, cuja principal

medida, a curto prazo, é a realização do Seminário Internacional, com o objectivo de se identificarem as necessidades de cooperação. O VI Encontro Ministerial irá ocorrer em São Tomé e Príncipe, em Abril de 2002.

Ver www.cplp.org .

...com a AICEP

O IX Fórum e a Assembleia Geral da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Operadores e Territórios de Língua Oficial Portuguesa (AICEP), teve igualmente lugar em Moçambique, Maputo, de 24 a 27 de Abril.

O Fórum, sob o tema "Comunicações: Globalização e Identidade", foi dividido em 4 painéis relativos à sociedade digital, economia digital, telecomunicações e correios, tendo englobado a cerimónia de entrega do prémio AICEP/Fundação das Comunicações e a inauguração da exposição filatélica "Encontro de Culturas".

O próximo Fórum e Assembleia Geral da AICEP deverão ocorrer em Abril de 2002, em São Tomé e Príncipe.

Ver www.aicep.pt/index0.html .

PUBLICADOS NOVOS DIPLOMAS

- Decreto-Lei nº 140/2001 (I Série-A do Diário da República de 24 de Abril) – Cria o diploma de competências básicas em tecnologias de informação.
- Aviso nº 33/2001 do Ministério dos Negócios Estrangeiros (I Série-A do D.R. de 10 de Abril) – Torna público o depósito, efectuado pelo Governo português junto do governo francês, do instrumento de ratificação às emendas à Convenção relativa à Organização Europeia de Telecomunicações por Satélite (EUTELSAT), que entraram em vigor, no nosso País, a 2 de Março de 2001.
- Decreto-Lei nº 106/2001 (I Série-A do D. R. de 6 de Abril) – Institui a obrigatoriedade de as entidades empregadoras, que tenham um mínimo de 10 empregados, entregarem as declarações de remunerações referentes aos seus trabalhadores em suporte digital ou através de meios electrónicos nos serviços do sistema de solidariedade e segurança social.
- Portaria nº 346-A/2001 do Ministério do Equipamento Social (I Série-B do D.R de 6 de Abril) – Aprova o Regulamento do concurso público para atribuição de uma licença de âmbito nacional para o estabelecimento e exploração de uma plataforma de televisão digital terrestre (TDT).
- Aviso do MES nº 5520-A/2001 (II Série do D.R. de 7 de Abril) – Abre o concurso para atribuição da licença TDT.
- Aviso (III Série do D.R. de 5 de Abril) – No âmbito da execução da Directiva 1999/5/CE, de 9 de Março, relativa a equipamentos e ao reconhecimento mútuo da sua conformidade, alerta para a publicação no JOCE das referências a normas e regulamentação técnica comum.

- Decreto-Lei nº 103/2001 (I Série-A do D.R. de 29 de Março) – Aprova os estatutos do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça.

VER www.dr.incm.pt

Pag. 4

UNIÃO EUROPEIA

Seminário sobre directrizes PMS

Terá lugar em Bruxelas, a 18 de Junho, um seminário sobre a proposta da Comissão Europeia, adoptada a 28 de Março, relativa à análise de mercado e Poder de Mercado Significativo (PMS). As inscrições para o seminário poderão ser feitas até 5 de Junho.

Pormenores em <http://europa.eu.int/ISPO/infosoc/telecompolicy/Welcome.htm>

Aprovada Directiva sobre direitos de autor

O Conselho de Ministros da União Europeia adoptou por unanimidade, a 9 de Abril, a Directiva sobre direitos de autor na Sociedade de Informação, um objectivo fundamental, de acordo com as conclusões do Conselho Europeu de Lisboa, para a transição para uma economia competitiva e fundada no conhecimento. A Directiva em causa, que resulta de três anos de intensas negociações, deverá ser transposta para as ordens jurídicas nacionais no prazo de 18 meses, após a sua publicação no Jornal Oficial da Comunidade Europeia. Mais informação em http://europa.eu.int/comm/internal_market/fr/intprop/intprop/news/copyright.htm .

IPv6

O Plano de Acção relativo à disponibilização da próxima geração do Protocolo Internet (IPv6), foi debatido na Task Force da Comissão, a 24 de Abril. Ao ritmo actual de crescimento da Internet, o protocolo em vigor estará esgotado em 2005. A preocupação centra-se hoje em garantir o IPv6 antes do arranque dos serviços móveis de terceira geração. Pormenores em http://europa.eu.int/rapid/start/cgi/guesten.ksh?p_action.gettxt=gt&doc=IP/01/591|0|RAPID&lg=EN .

eComissão em marcha

A Comissão Europeia prepara-se para se tornar numa cyber-Comissão, até ao final do ano em curso. A ideia prende-se com a utilização da Internet no processo político de tomada de decisão, no âmbito da iniciativa eComissão, que prevê a criação de dois mecanismos online: um mecanismo de recolha de informação e um outro mecanismo de consulta. Com esta iniciativa, a Comissão reforçará a sua capacidade de avaliar o impacto das políticas comunitárias. Em http://europa.eu.int/rapid/start/cgi/guesten.ksh?p_action.gettxt=gt&doc=IP/01/519|0|RAPID&lg=FR .

Microsoft sob investigação

No seguimento de uma investigação levada a cabo pela Comissão Europeia, a Microsoft aceitou a imposição de alterar a sua participação em duas operadoras de televisão por cabo europeias (a holandesa UPC e a britânica

NTL), de modo a garantir uma posição de não-influência no processo de escolha tecnológica dessas empresas, no que toca à oferta emergente de TV digital.

A TV Cabo de Portugal, onde a Microsoft investiu estrategicamente, foi de igual modo alvo de investigações, que não concluíram pela imposição de decisões tecnológicas capazes de enviesar as regras da concorrência. O mesmo não acontecera, no ano de 2000, com a Telewest, a operadora de cabo do Reino Unido, onde a Microsoft se viu obrigada a passar de uma posição de controlo para uma posição de detenção minoritária de interesses. Ver http://europa.eu.int/rapid/start/cgi/guesten.ksh?p_action.gettxt=gt&doc=IP/01/569|0|RAPID&lg=EN .

JOCE

- Parecer do Comité Económico e Social (2001/C116/22) – Relativo à proposta de alteração da Directiva 97/67/CE sobre os serviços postais. Publicado a 20 de Abril.
- Parecer do CES (2001/C116/06) – Sobre a decisão do Conselho que adopta um programa comunitário plurianual para estimular a utilização de conteúdos digitais europeus nas redes mundiais e promover a diversidade linguística na Sociedade de Informação. Publicado a 20 de Abril.
- Media Plus (2001/C110/07) – Aviso de abertura de convite para a apresentação de propostas com vista à promoção de obras audiovisuais europeias. Publicado a 11 de Abril.
- Comunicação da Comissão (2001/C105/02) – Relativa aos equipamentos de rádio e equipamentos terminais de telecomunicações e ao reconhecimento mútuo da sua conformidade. Publicada a 5 de Abril.
- Acórdão do Tribunal de Justiça de 7/12/2000 (2001/C95/04) – Processo C-324/98 contra a Telekom Austria AG, relativo à coordenação de processos sobre contratos públicos de serviços no sector das telecomunicações. Publicado a 24 de Março.
- Acórdão do Tribunal de Justiça de 30/11/2000 (2001/C95/03) – Processo C-324/99 condenando a Bélgica, por incumprimento dos prazos de transposição das medidas constantes na Directiva relativa à interligação no sector das telecomunicações. Publicado a 24 de Março.
VER <http://europa.eu.int/eur-lex/pt/oj/index.html>

REVISÃO 99

A terceira reunião do Grupo de Acompanhamento Revisão 99 teve lugar a 19 de Abril, em Lisboa, tendo contado com a participação de 52 representantes dos operadores e de associações sectoriais, associações de consumidores e da Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência, bem como do Instituto das Comunicações de Portugal (ICP).

Nesta reunião fez-se o ponto da situação do novo quadro regulamentar em discussão no âmbito da União Europeia, considerando os resultados do Conselho de Ministros de Telecomunicações de 4 e 5 de Abril, onde, em resultado do intenso trabalho desenvolvido nos últimos meses pelas presidências francesa e sueca, foi obtido o acordo político relativamente à Directiva Quadro, à Directiva sobre Acesso e Interligação e à Directiva sobre Autorizações (Vide pág. 8).

A segunda parte da reunião, em formato de painel, foi dedicada a dois temas específicos: as linhas de orientação da Comissão Europeia sobre Poder de Mercado Significativo, cuja consulta pública decorre actualmente, e o âmbito da obrigação de Serviço Universal, um dos aspectos fundamentais da Directiva sobre Serviço Universal ainda em discussão no Conselho. Sobre estes temas, houve lugar a apresentações específicas, feitas por representantes da Onitelecom e da Maxitel, respectivamente.

Pag. 5

ENCONTROS CEPT GRUPO DE IMPLEMENTAÇÃO

A quarta reunião do Grupo de Implementação (GI) da reestruturação da Conferência Europeia das Administrações de Correios e Telecomunicações (CEPT), realizada a 26 e 27 de Abril, em Vilamoura, logrou encerrar alguns dos assuntos respeitantes à reorganização da organização.

O trabalho apresentado, previamente elaborado pela Troika – presidida pela Noruega, sendo vice-presidentes o Reino Unido e Portugal - foi bem recebido tendo resultado do encontro a posição unânime dos delegados quanto à inclusão de um especialista em serviços postais no gabinete da CEPT, de forma a dar apoio ao Comité Europeu de Regulamentação Postal (CERP).

As Regras de Procedimento, os Termos de Referência, os Métodos de Trabalho e a "Mission Statement" do novo Comité de Comunicações Electrónicas (CCE) ficaram já na sua forma final, isto é, aquela que será enviada à Assembleia Plenária, em Setembro, para decisão, integrando já as alterações propostas por alguns dos delegados.

Foi, ainda, decidido desencadear desde já o processo de adopção da nova Convenção, ficando o Gabinete Europeu de Radiocomunicações (ERO) responsável por iniciar esta tarefa.

Ficaram acordadas a marcação de um encontro com a Comissão Europeia, de forma a definir a interligação entre os dois organismos, e a forma final do relatório a apresentar à Assembleia Plenária.

ERC PT41

A segunda reunião do PT 41 "Gestão de Frequências" do Comité Europeu de Radiocomunicações (ERC), que decorreu de 23 a 25 de Abril em Mainz, procurou clarificar e classificar os tipos de aplicações auxiliares de radiodifusão (SAP/SAB) e a identificação associada de necessidades operacionais e de espectro.

O estudo do impacto das tecnologias digitais, o inventário das faixas candidatas para feixes de reportagem (ENG/OB) e o acompanhamento dos

desenvolvimentos da indústria relativamente aos microfones emissores de uso profissional na faixa 1785-1800 MHz estiveram, de igual modo, em foco no encontro deste grupo, que tem a seu cargo o estudo de frequências para aplicações SAB/SAP e ENG/OB.

ERC PT1

A terceira reunião do PT1 "UMTS/IMT-2000 and Systems Beyond", do ERC, na qual estiveram presentes 14 Administrações, representantes da Comissão Europeia e do ERO, operadores e fabricantes, realizou-se em Budapeste, de 2 a 3 de Abril.

Como habitualmente, os trabalhos assentaram em reuniões, paralelas, relativas à utilização do espectro, circulação global e compatibilidade e coordenação.

Quanto à utilização de espectro foi realçada a necessidade de uma maior coordenação das posições da Europa quanto à utilização das faixas identificadas na Conferência Mundial das Radiocomunicações (WRC-2000). Relativamente à circulação global dos terminais IMT-2000, foi realizada uma reunião, com representantes do Japão, tendo estes manifestado preocupação quanto à eventualidade de não ser possível utilizar terminais não marcados com a marca CE. O PT1 irá colocar esta questão no âmbito da implementação da R&TTE na próxima reunião do Telecommunication Conformity Assessment and Market Surveillance Committee (TCAM).

No que respeita à compatibilidade e coordenação, o tema de maior destaque prendeu-se com a proposta da Administração francesa de inclusão de métodos de coordenação fronteiriça de sistemas UMTS/IMT-2000 baseados em partilha de códigos (Recomendação ERC(01)01). Este método será ainda discutido no PT1 com vista à sua aprovação formal pelo Grupo de Trabalho de Gestão de Frequências (WGFM).

VER www.cept.org

VER www.ero.dk

VER www.eto.dk

ELEITO O DIRECTOR GERAL DA ITSO

Washington recebeu, de 26 a 27 de Abril, a 26ª Assembleia de Partes da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélites (INTELSAT), que teve como principal ponto da agenda a eleição do Director Geral da ITSO, organização intergovernamental que resultará da privatização da INTELSAT. Esta eleição foi decidida entre nove candidatos, acabando por ser eleito o candidato de Marrocos, Ahmed Toumi.

A ITSO assumirá as suas responsabilidades, por um prazo mínimo de 12 anos, devendo supervisionar a disponibilização, pela Intelsat S.A., dos serviços públicos internacionais de telecomunicações, de modo a manter a cobertura e conectividade global; a manutenção do serviço aos clientes cujas comunicações internacionais estão totalmente dependentes do sistema INTELSAT; e o acesso não discriminatório ao sistema INTELSAT.

Refira-se que o processo de reestruturação da INTELSAT tem decorrido como esperado, mantendo-se o dia 18 de Julho de 2001 como data de transição para a referida privatização.

A primeira Assembleia ordinária da ITSO deverá ocorrer durante os 12 meses subsequentes à privatização da INTELSAT.

VER www.intelsat.int

Pag.6

LIVRO BRANCO INGLÊS ANTECIPA FUTURO PARA O SECTOR

"Um novo futuro para as Comunicações" – o título do Livro Branco das comunicações do governo britânico é, só por si, prenunciador da mudança profunda por que passa o sector. Apresentado em Dezembro de 2000 no Parlamento, pela mão dos secretários de Estado do Comércio e Indústria e da Cultura, Media e Desporto, o documento traduz a nova visão das comunicações para o século XXI, num dos países precursores no que toca a lógicas estruturais, pelo menos no que respeita ao sector das comunicações, quer a nível europeu, quer mundial.

Neste futuro antecipado, a convergência é a trave-mestra da mudança. Basicamente, pretende-se simplificar o quadro regulatório de três sectores – telecomunicações, radiocomunicações e audiovisual – que, tradicionalmente, conviviam gozando de uma interdependência relativamente autónoma, mas cuja fusão, mercê da fulgurante evolução tecnológica actual, parece cada vez mais premente.

Neste cenário, as cinco actuais autoridades reguladoras – Office of Telecommunications (OFTEL), Broadcasting Standards Commission, Independent Television Commission, Radio Authority e Radiocommunications Agency – fundir-se-ão numa onnipotente Office of Communications (OFCOM).

O novo guião regulatório, que enumera as preocupações do executivo, assenta em premissas consensuais, como sejam a criação de um mercado dinâmico onde, para a generalidade dos prestadores de serviços, a regulamentação abarcará apenas áreas como a protecção dos consumidores, o acesso e a interligação.

Constituem preocupações adicionais a garantia de acesso universal a um vasto leque de serviços de excelente qualidade, prevendo-se a criação de um fundo para cobrir a eventual existência de custos significativos e a reforma das regras que garantem a pluralidade dos meios de comunicação social, centrada no trinómio "conteúdos mínimos-imparcialidade noticiosa-protecção dos menores".

Além disso, está prevista a revisão e actualização do sistema de gestão do espectro radioelétrico, a criação de um painel de utilizadores para prestarem assessoria ao regulador nestas matérias e o acesso universal à Internet em 2005.

O Livro foi objecto de uma consulta pública que terminou a 12 de Fevereiro de 2001, tendo obtido inúmeros contributos.

VER www.communicationswhitepaper.gov.uk

REFORMA DA UIT EM ANDAMENTO

O relatório final do Grupo de Trabalho da Reforma da União Internacional das Telecomunicações (UIT), a submeter à próxima sessão do Conselho da União, em Junho, foi aprovado na reunião realizada, de 2 a 6 de Abril, em Salvador, no Brasil.

Foi considerada a necessidade de avaliar e propor novas formas para melhorar o sistema orçamental da União, reforçando o seu sistema financeiro, nomeadamente através da revisão do sistema de contribuição dos tipos de membros considerados: os Estados Membros e os Membros dos Sectores.

As formas de melhorar o funcionamento da União, incluindo, entre outras, a questão da duração e da frequência das sessões do Conselho da UIT, mereceram também ampla discussão.

De igual modo, a preparação, estrutura, procedimentos, duração e aspectos relacionados com as eleições - nas Assembleias e Conferências, em geral, e na Conferência de Plenipotenciários, em particular – deram origem a diversas propostas, nomeadamente de Portugal, cuja finalidade é potenciar os diversos meios disponíveis, físicos, financeiros e humanos, face aos resultados que se pretendem alcançar.

No contexto da melhoria dos métodos de trabalho foi também discutida a estrutura do Secretariado, bem como questões de ordem orçamental e financeira da União.

Parte da reunião foi exclusivamente dedicada a questões específicas dos 3 Sectores. Relativamente ao Sector do Desenvolvimento (UIT-D), analisaram-se aspectos relacionados com produtos e serviços, as necessidades dos países em desenvolvimento e a promoção do envolvimento do sector privado nesta área.

Face ao Sector das Radiocomunicações (UIT-R), foram debatidos o papel da UIT na regulação de recursos comuns, os mecanismos para tratamento de notificações, a questão da eliminação da "lista de espera" (backlog) na coordenação de redes de satélites, bem como assuntos relacionados com as Conferência Mundiais de Radiocomunicações.

Quanto ao Sector da Normalização (UIT-T), o grupo destacou o objectivo de melhorar o funcionamento do processo de normalização, tendo em vista satisfazer as exigências de posicionamento no mercado, e a necessidade de conseguir uma parceria entre os Estados Membros e os Membros deste Sector, de forma a atrair a adesão de mais entidades às actividades da UIT-T.

Por último, saliente-se a discussão sobre a criação do Forum piloto, que deverá agrupar as actividades de normalização da UIT sem implicações políticas ou regulamentares, aberto à participação dos Estados Membros e dos Membros do Sector, em igualdade de direitos, bem como a associados e outros participantes, e que deverá ser financiado por contribuições voluntárias dos participantes.

VER www.itu.irt

REUNIÕES IRG

GT PMS

O Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) esteve presente na reunião do Grupo de Trabalho Poder de Mercado Significativo (PMS) do Grupo de Reguladores Independentes (IRG), realizada em 24 de Abril em Copenhaga, tendo sido debatidos assuntos que se encontram em discussão no âmbito do processo "Revisão 99", nomeadamente os concernentes à avaliação de PMS, ao conceito de concorrência efectiva e sua aplicabilidade no sector das telecomunicações, bem como os trabalhos conjuntos com outros Grupos de Trabalho do IRG.

GT Acesso Móvel

A regulação do acesso às redes móveis, nomeadamente os aspectos referentes à itinerância internacional, os chamados "operadores virtuais" (MVNO) e os Service Providers estiveram em foco na reunião do Grupo de Trabalho Acesso Móvel, realizada em 23 de Abril em Estocolmo.
Pag.7

NOTÍCIAS DE OUTROS PAÍSES

BRASIL – Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) – O edital para exploração por satélite do transporte de sinais de telecomunicações foi posto em consulta pública a 24 de Abril. A mesma prolonga-se até 25 de Maio. Ver www.anatel.gov.br/biblioteca/releases/2001/release_19_04_2001%283%29.pdf . A 17 de Abril, também o relatório sobre Televisão Digital, elaborado pela Fundação CPqD e relativo aos três padrões em discussão (americano, europeu ou japonês), entrou em consulta pública, que se prolonga por 60 dias, acrescidos de 30 dias para comentários online sobre os contributos recebidos. Em www.anatel.gov.br/biblioteca/releases/2001/release_10_04_2001%284%29.pdf . A Anatel anunciou ainda a sua intenção de submeter a consulta pública, a partir de Maio, o regulamento para atribuição, em 2002, de novas licenças do serviço fixo de telefone. Mais informação em www.anatel.gov.br/biblioteca/releases/2001/release_10_04_2001%283%29.pdf .

FRANÇA – Autorité de Régulation des Télécommunications (ART) – O órgão regulador francês divulgou, a 6 de Abril, a sua posição sobre a proposta da France Telecom (FT) no que respeita à interligação para o tráfego Internet. A ART solicitou ao incumbente, por outro lado, alterações à sua nova oferta de referência no âmbito da desagregação do lacete local, devendo a FT publicar, até 13 de Abril, as alterações dessa mesma oferta. No final do primeiro trimestre deste ano, a taxa de penetração móvel em França atingiu os 52%, valor que corresponde a 31,3 milhões de clientes. Pelo quarto ano consecutivo, a ART promoveu um estudo sobre a qualidade de serviço das redes móveis. Um estudo congénere, relativo à cobertura dos serviços móveis, será levado a cabo brevemente. Toda a informação em www.art-telecom.fr/ .

BÉLGICA – Institut Belge des Services Postaux et de Télécommunications (IBPT) – A 3 de Maio, o regulador deu por terminada a consulta pública

relativa à regulamentação futura dos serviços postais e de telecomunicações (www.bipt.be/Pages/French/LIBRAIRI/CONSULT/CONSULT.HTM) . O IBPT publicou um aviso (www.bipt.be/Pages/French/Telecoms/Boucleloc/boucleloc.htm), a 27 de Abril, sobre o tarifário da Belgacom para o acesso desagregado do lacete local e a 18 de Abril, abriu processos contra seis operadores por não respeitarem as obrigações legais em matéria de portabilidade do número. Em www.bipt.be/Pages/French/LIBRAIRI/Communic/comunic.htm .

SUÉCIA – National Post and Telecom Agency (PTS) – Termina a 14 de Maio o prazo para candidaturas no concurso para atribuição de quatro licenças de âmbito nacional de acesso fixo via rádio. Em www.pts.se/dokument/getFile.asp?FileID=2172 .

DINAMARCA – National Telekom Agency (NTA-Telestyrelsen) – Foram publicadas, a 17 de Abril, as directrizes do modelo de custos incrementais de longo prazo (LRIC). A NTA atribuiu ainda, através de concurso, duas licenças nacionais TETRA com vista à criação e operacionalização de redes públicas de emergência e segurança. Detalhes em www.tst.dk/index_uk.htm .

HOLANDA – Independent Post and Telecommunications Authority (OPTA) – Está disponível em www.opta.nl/download/relationshi_accesspricing_infrastructure_260301.pdf um estudo universitário que analisa a relação entre a regulação dos preços de acesso e a concorrência nas infra-estruturas. A OPTA lançou ainda uma consulta pública sobre acesso à Internet. Em www.opta.nl/download/codo_internet_access_110401.pdf .

REINO UNIDO – Office of Telecommunications (OFTEL) – A última fase de introdução do novo Plano de Numeração teve lugar, no Reino Unido, a 28 de Abril, com as alterações efectuadas nos números da rede móvel, pagers e números especiais, que resultam numa reserva de numeração que conta com nove biliões de números de telefone. Pormenores em www.oftel.gov.uk/press/releases/2001/pr35_01.htm . O regulador britânico lançou, a 11 de Abril, quatro folhetos informativos, vocacionados para o consumidor de serviços de telecomunicações, que oferecem conselhos práticos sobre a escolha de uma companhia telefónica, como apresentar queixa relativa ao serviço telefónico, os direitos dos consumidores e o papel da própria autoridade reguladora. Os guias estão acessíveis em www.oftel.gov.uk/publications/consumer/consguides/index.htm . A 6 de Abril, a OFTEL determinou que os operadores de redes de comunicações electrónicas deveriam abrir as suas redes a empresas concorrentes somente no caso de deterem poder de mercado significativo no mercado em causa. Em www.oftel.gov.uk/press/releases/2001/pr32_01.htm .

IRLANDA – Office of the Director of Telecommunications Regulation (ODTR) – A 30 de Abril, o regulador definiu os preços da oferta do lacete local (vide www.odtr.ie/docs/pres300401.doc) e lançou duas consultas públicas sobre os

serviços postais, uma relativa ao serviço universal e respectiva contabilidade analítica (que termina a 25 de Maio) e outra sobre as metas de qualidade do serviço do operador público (que encerra a 1 de Junho). Em www.odtr.ie/docs/odtr0129.doc

e www.odtr.ie/docs/odtr0128.doc . Os novos desenvolvimentos relativos à Proposta de Referência de Interligação (PRI) da EIROM para este ano, baseada no princípio da separação de custos, estão disponíveis em www.odtr.ie/docs/odtr0127.doc .

HUNGRIA – Communication Authority (CA) – Tem início previsto para 11 de Junho o leilão para atribuição de cinco blocos de frequências 3,5 GHz. Pormenores em www.hif.hu/index1e.htm .

HONG KONG – Office of the Telecommunications Authority (OFTA) – Está em curso, até 12 de Junho, uma consulta pública sobre as regras a observar pela indústria de telecomunicações no que respeita às fusões e aquisições no sector, por forma a prevenir restrições concorrenciais ou o aparecimento de posições dominantes. Informação adicional em www.ofta.gov.hk/frameset/home_index_eng.html .

ÍNDIA – Department of Telecommunications (DoT) – Entrou em vigor a 1 de Março, no seguimento da actual política de liberalização do executivo indiano, a tarifa Inet revista. Detalhes em www.dotindia.com/ .

Pag. 8

PRESIDÊNCIA SUECA – CONSELHO DE MINISTROS DE TRANSPORTES E TELECOMUNICAÇÕES

A obtenção de um acordo político sobre o conjunto de três propostas de Directivas (Directiva-quadro, Directiva de Acesso e Interligação e Directiva de Autorizações) do novo quadro regulamentar das telecomunicações (Revisão 99) e o voto unânime quanto ao financiamento do lançamento do sistema Galileo foram os principais resultados do Conselho Europeu de Transportes e Telecomunicações, realizado a 4 e 5 de Abril no Luxemburgo.

O sistema europeu de radionavegação por satélite Galileo ganha este ano 200 milhões de euros, dos quais metade é proveniente da própria União Europeia e a outra metade é garantida pela Agência Espacial Europeia. Para Dezembro, ficou adiada a decisão de encontrar fontes de financiamento adicionais para os restantes 450 milhões de euros em falta. O debate centrou-se na questão pendente da fixação de um limiar máximo para o investimento público, tendo ficado garantida a criação de uma estrutura de gestão que associa financiamentos públicos e privados. Prevê-se que o Galileo possa estar operacional em 2008.

No respeitante à proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações electrónicas, o debate incidiu em particular sobre o artigo 6º (mecanismo de consulta e transparência). O mecanismo foi reforçado com a

obrigatoriedade de informação da Comissão e das autoridades reguladoras nacionais sobre o projecto de medida a adoptar e respectiva fundamentação. No caso da proposta de Directiva de acesso e interligação de redes de comunicações electrónicas e recursos conexos, a data de transposição foi alterada para 15 meses.

Já sobre a Directiva de Autorizações, foram levantadas as reservas existentes, tendo apenas Portugal efectuado uma declaração unilateral face ao artigo 8º, sobre o processo harmonizado de atribuição de frequências.

Foi ainda debatida a proposta de Directiva relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações electrónicas, tendo-se o Conselho limitado a elaborar um ponto de situação dos trabalhos.

Também no que toca ao Regulamento do domínio de topo .eu se registaram progressos reduzidos, apesar da urgência na matéria, recordada pelo Comissário para as Empresas e Sociedade da Informação, Erkki Likaanen, que preconizou a necessidade de se evitar sobre-regulação nesta área e defendeu a premência de internacionalizar a gestão da Sociedade da Internet para os Nomes e Números Atribuídos (ICCAN), tornando-a mais independente dos governos.

O Comité de Representantes Permanentes junto da União Europeia (COREPER) foi encarregado de prosseguir os trabalhos sobre o Regulamento .eu e sobre a proposta de Directiva de liberalização do sector postal.

A Comissão prestou ainda informação ao Conselho relativamente a vários pontos da ordem-de-trabalhos, nomeadamente: progressos na abertura do lacete local; segurança das redes (encontra-se em preparação um plano de acção nesta matéria, que deverá ser apresentado no Conselho Mercado Interno, Consumidores e Turismo, a 5 de Junho); plano de acção eEurope 2002; comunicações da Comissão relativas ao combate ao cybercrime e à introdução da terceira geração móvel na Europa.

VER

http://europa.eu.int/rapid/start/cgi/guesten.ksh?p_action.gettxt=gt&doc=MEMO/01/128|0|RAPID&lg=FR

LICENÇAS EM 2001

SERVIÇO FIXO DE TELEFONE		
Prestadores Licenciados	Data	Códigos de Acesso
TeleMilénio – Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda.	2001.01.19	1073
Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A.	2001.02.02	1075
NetVoice – Comunicações e Sistemas, Lda.	2001.03.01	1025
CABLETEL – Serviços de Telecomunicações, S.A.	2001.03.08	1066

REDES PÚBLICAS DE TELECOMUNICAÇÕES	
Operadores Licenciados	Data
Global Metro Networks Portugal – Sociedade de Telecomunicações, Lda	2001.01.19
TeleMilénio – Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda.	2001.01.19
CABLETEL – Serviços de Telecomunicações, S.A.	2001.03.08
Belgacom Portugal, S.A.	2001.04.06
TVTel Grande Porto – Comunicações, S.A.	2001.04.12

EM MAIO DE 2001

UE

- Comité ONP (2)
- Grupo Questões Económicas/Telecomunicações (3-4, 10-11, 17-18, 22-23)
- Comité de Alto Nível (14-15)
- Comité Licenças (23)

CEPT

- Troika do Grupo de Implementação (2-4)

ERO

- Conselho (9-10)

CERP

- Plenária (2-4)

ECTRA

- PT Numeração (3- 4)

ERC

- GT Gestão de Frequências (14-18)

ECTRA/ERC

- Grupo Conjunto sobre Satélites (8)

IRG

- Task Force Revisão 99 (8)
- Plenária (24-25)

UIT

- Grupo de Especialistas sobre o Capítulo II da Convenção da UIT (2-4)
- Dia Mundial das Telecomunicações (17)

UPU

- Grupo de Alto Nível (1-2)

Organizações de Satélites

- Assembleia de Partes da EUTELSAT (15 e 16)

EVENTOS

- Multimédia XXI 2001 – 3 a 6, FIL
- TeleManagement World – 7 a 10, Nice
- Globalcom 2001 – III Congresso Profissional de Telecomunicações – 8 a 10, Lisboa
- As Telecomunicações para a Presente Década - 9, Universidade de Aveiro
- Usability for mobile devices and services – 9 a 10, Londres
- Portugal Media 2001: O Ano do e-Commerce – 10 a 13, Exponor, Leça da Palmeira
- AITEC West Africa Conference and Expo 2001 – 17 a 19, Accra, Ghana
- Mobile Internet Central and Eastern Europe – 21 a 22, Praga

- Strategies for Success in the European MTU Marketplace – 22 a 23, Londres